



LEI Nº 1.639/2018

EMENTA: Institui a Política Municipal de Atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e dá outras providências.

O Prefeito Constitucional do Município de Sertânia, Estado de Pernambuco, da República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no âmbito do Município de Sertânia – PE, a Política Municipal de atendimento às pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo.

§ 1º Entende-se como pessoa com Transtorno do Espectro Autista aquela que possui:

I - Dificuldade persistente e significativa da comunicação e da interação social, provocada por problemas de comunicação verbal e não verbal usada na interação social; ausência de reciprocidade social; limitação em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Art. 2º É considerada pessoa com deficiência, toda aquela portadora do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), para todos os efeitos legais;

Art. 3º São diretrizes da Política Municipal de atendimento às pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA):

I – a ampla e irrestrita conscientização de que o autismo é um transtorno, com sinais e sintomas bem definidos, causados por uma desordem genética e biológica, com perfil psicológico e educacional diferenciado de todas as outras necessidades especiais, que afeta a capacidade intelectual;

II - garantir que as pessoas recebem o atendimento adequado às suas necessidades clínicas e educacionais;

III - reconhecer que o autismo é de natureza específica e que cada autista é único e, assim, oferecer os recursos necessários de adaptação destas pessoas, tendo em vista que o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) não tem cura, mas é perfeitamente possível sua convivência no seio da sociedade e nos seus vários âmbitos;



IV - oferecer formação específica e garantir atualização anual a todos os profissionais e especialistas envolvidos no processo de inclusão do autista.

Parágrafo único. Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 4º O Poder Público Municipal quando da formação e implementação da Política Municipal de atendimento às pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) pautará pelas seguintes diretrizes que visem sua Proteção, Promoção e Integração:

I - empreender esforços visando à disponibilização de vagas nas instituições públicas municipais de saúde especializadas, bem como na Rede de Atenção à Saúde, tanto para criança quanto adolescentes e adultos;

II - proporcionar informações aos profissionais da área de saúde e educação sobre manejos para a interação de indivíduos autistas;

III - conceder esclarecimentos e/ou orientações aos pais de pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista (TEA);

IV - obrigar os órgãos públicos e estabelecimentos privados, (supermercados, bancos, farmácias, restaurantes, bares, escolas, lojas em geral) a inserirem o símbolo mundial do autismo em placas de atendimento prioritário;

Art. 5º São direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA):

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso preferencial a ações e serviços de saúde, sócio assistencial com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

- a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
- b) o atendimento multiprofissional;
- c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
- d) os medicamentos;
- e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;



SERTÂNIA
GOVERNO MUNICIPAL
Sua confiança, nosso trabalho

Gabinete do Prefeito

- b) à moradia, inclusive à residência protegida;
- c) ao mercado de trabalho;
- d) à previdência social e à assistência social.

Art. 6º A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade, convívio familiar e social, nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

Parágrafo único. Nos casos de necessidade de internação médica em unidades especializadas, observar-se-á o que dispõe o art. 4º da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

Art. 7º A pessoa com transtorno do espectro autista não será impedida de participar de planos privados de assistência à saúde em razão de sua condição de pessoa com deficiência, conforme dispõe o art. 14 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

Art. 8º Fica Instituído o dia 02 de Abril como o DIA MUNICIPAL DO AUTISMO.


Parágrafo Único. No DIA MUNICIPAL DO AUTISMO, a Prefeitura Municipal de Sertânia realizará ações integradas de apoio e conscientização através das Secretarias Municipais em interação com o público alvo e a sociedade, visando à efetivação desta política municipal.

Art. 9º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será submetido as sanções administrativas que regem o Município.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, apurado por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá Suspensão.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 19 de outubro de 2018.


Ângelo Rafael Ferreira dos Santos
Prefeito